

Edite Silva de Souza Machado

Inclusão Escolar no Brasil: Um grande salto e poucos avanços

Monografia apresentada, como exigência parcial para a obtenção do grau pelo Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás no curso de Licenciatura em Biologia a distância.

Brasília
2011

Consórcio Setentrional de Educação a Distância
Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás
Curso de Licenciatura em Biologia a Distância

Inclusão Escolar no Brasil: Um grande salto e poucos avanços

Edite Silva de Souza Machado

Brasília
2011

Edite Silva de Souza Machado

Inclusão Escolar no Brasil: Um grande salto e poucos avanços

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia do Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás.

Aprovado em 11 de junho de 2011.

Prof. Msc Bruno Saback Gurgel
Universidade de Brasília
Orientador

Profa. Melissa Monteiro
Universidade de Brasília
Avaliador I

Profa. Msc. Lélia Leoi Romeiro
Nome da Instituição
Avaliador II

Brasília
2011

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido vida e saúde. Pela oportunidade de estar finalizando o curso de graduação em Biologia.

A meu esposo João Júnior, pelo apoio, companheirismo, dedicação e amor.

A meus filhos Jean e Anne pela paciência e compreensão pelo tempo não dedicado a eles.

Aos professores, pelo conhecimento, empenho e dedicação.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

“O que define o especial da educação não é a dicotomização e a fragmentação dos sistemas escolares em modalidades diferentes, mas a capacidade de a escola atender às diferenças nas salas de aula, sem discriminar; sem trabalhar à parte com alguns, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem especiais). (...) Em outras palavras, este especial qualifica escolas que são capazes de incluir os alunos excluídos, indistintamente, descentrando os problemas relativos à inserção total dos alunos com deficiência e focando o que realmente produz essa situação lamentável de nossas escolas”.

(MANTOAN, 2006)

RESUMO

MACHADO, Edite Silva de Souza. **Inclusão Escolar no Brasil:** Um grande salto e poucos avanços. 23 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Biologia a Distância - Consórcio Setentrional de Educação à Distância, Polo Ceilândia.

O presente trabalho estuda a inclusão escolar dentro da comunidade educadora, fazendo um pequeno levantamento histórico da educação no Brasil procurando evidenciar a omissão do poder público pelo processo educativo por muitos anos, desde o Brasil Colônia, onde a educação foi entregue aos jesuítas com a finalidade de catequização, até o momento da promulgação da Constituição Federal de 1988. A partir da Constituição de 88, a educação inclusiva passou a se destacar um pouco mais no contexto social, mas somente depois dos anos 90 é que obteve regulamentação dentro do contexto social e educativo. No entanto, muito ainda é preciso construir e realizar para que o fantasma da exclusão desapareça da nossa sociedade através de transformações sociais, políticas e econômicas de forma acelerada para que a formação do cidadão com necessidades especiais ou não, seja de qualidade possibilitando-o viver no complexo mundo moderno. Sem dúvida, compete à Educação acompanhar o desenvolvimento do país se adequando as novas exigências, para que possa continuar exercendo a sua principal função, a de preparar o aluno para a vida, observando a inclusão como um processo contínuo onde o estudante portador de necessidade especiais possa se sobressair com segurança. Ao enfrentar e superar esse desafio, as instituições escolares estarão prontas para atender à expectativa de uma educação democrática no Brasil e aos desejos daqueles que almejam o seu progresso e pleno desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Inclusiva, políticas públicas, práticas sociais, educação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - Introdução	08
CAPÍTULO 2 - Histórico Escolar da Educação Inclusiva	10
CAPÍTULO 3 - Inclusão de Fato e de Direito	14
CAPÍTULO 4 - Levantamentos Estatísticos do MEC – 2006 e 2010	19
CAPÍTULO 5 - Discussão e Conclusão	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Desde o descobrimento do Brasil, a Educação brasileira tem passado por situações que não permitem uma transformação positiva. As elites desta sociedade possuem um bom discurso sobre educação, no entanto, nunca deram muita importância para que este saísse da fala para a prática de forma efetiva, sendo raras as vezes que o dever do Estado foi gerido com competência e vontade de resolver as questões educativas, ora pelo desperdício de recursos, ora pela descontinuidade das administrações públicas.(Monlevade, 2001).

São muitos os desafios que o processo inclusivo deverá enfrentar até atingir o direito de educação para todos. Um deles é a efetivação da matrícula não apenas como cumprimento da obrigação do acolhimento do aluno com necessidades especiais em classes comuns, mas com oportunidade de legitimação do direito legal, dando oportunidade da convivência ampliando o contexto da inclusão através do compartilhamento das experiências entre “alunos especiais” e aqueles aparentemente normais.(GLAT, MACHADO, BRAUN, 2006)

A Educação Brasileira, no enfoque da inclusão, proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, cumpre sua especificidade ao possibilitar aos alunos com necessidades especiais, desenvolver suas competências, ultrapassando os limites de sua situação. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2002).

No enfoque inclusivo, a Educação vem propor que todas as crianças estejam em sala de aula, independentemente de sua origem, deficiência, diferenças sociais, econômica ou de ordem cultural e que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas, oferecendo a todos alunos deficientes ou não, ambientes propícios para o bom desenvolvimento de suas habilidades.

Com a democratização, nosso sistema educacional de ensino, tem vivido grandes dificuldades para garantir escola de qualidade para todos, devido ao grande número de alunos para serem atendidos. A abertura da educação para todos, tem se tornado um grande desafio a ser superado, principalmente dentro do contexto da inclusão que tem sido mal compreendida no apelo de mudanças tanto nas escolas comuns como as especiais e sem essas mudanças não existem garantias do acolhimento do aluno portador de necessidades especiais ou não, para o prosseguimento de seus estudos. (MANTOAN, 2006).

Este trabalho tem como objetivo: focalizar as dificuldades enfrentadas pelo processo educacional brasileiro desde os tempos do Brasil Colônia até o momento atual, no que diz respeito: à lentidão do desenvolvimento do processo educacional; ao descaso dos governantes com relação à Educação no país; à falta de preparação dos profissionais e do ambiente escolar para o recebimento do aluno com necessidades especiais; à adaptação curricular como forma de diversificar o conhecimento, proporcionando uma formação de qualidade para todos os estudantes, numa escola com postura ética e estética, capaz de estimular os alunos a serem agentes responsáveis pelas transformações sociais, respeitando-os em suas capacidades e limitações. Neste contexto, a inclusão escolar vem abrir espaço para que todos os alunos possam se desenvolver, expressando no tempo presente, os problemas sociais vividos e as possibilidades para solução dos mesmos.

A presente pesquisa se justifica pela importância de constantes estudos para que a tradução do tema seja garantia de oferta de vagas para alunos com necessidades educacionais especiais em ambiente propício para o desenvolvimento de suas habilidades evitando que a inclusão escolar seja traduzida como mero ingresso de alunos com necessidades especiais em classes comuns.

Este trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo está a introdução; no segundo é desenvolvido um pequeno histórico, apresentando as dificuldades enfrentadas pela Educação brasileira até chegar ao momento da inclusão escolar; no terceiro, é realizada uma reflexão teórica sobre a temática da inclusão na perspectiva dos direitos adquiridos, mas nem sempre respeitados; no quarto capítulo é desenvolvida uma análise do censo do Ministério da Educação e Cultura realizado em 2006, sobre os alunos especiais matriculados na rede pública no período de 1998 a 2006; por fim, no quinto, são apresentadas discussão e conclusão apresentando a necessidade de estudos posteriores sobre o assunto com maior aprofundamento dentro do contexto social.

CAPÍTULO 2 - Histórico Escolar da Educação Inclusiva

Observando a história do Brasil, encontramos a fundação da primeira escola pelos Jesuítas. Uma escola que iniciou-se nos padrões de catequização. A finalidade primeira da educação jesuítica era impor aos índios princípios religiosos da coroa portuguesa. Os jesuítas, padres que dominavam a letra, filosofia, teologia, artes e ofícios, e que eram devotos do Papa e apóstolos da contrarreforma vieram para o Brasil, recebendo de Portugal concessão para aqui abrirem colégios. Os materiais didáticos necessários para a ministração das aulas no novo mundo foram adquiridos na Europa. (MONLEVADE, 2001).

A educação esteve nas mãos dos jesuítas por 200 anos, sem ônus para o governo de 1549 à 1758, sendo interrompida por interesses financeiros, pois o financiamento do ensino vinha em parte de atividades lucrativas que eram praticadas pelos mentores, que no momento da expulsão possuíam segundo Bello, 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde existiam casas da Companhia Jesus. (MONLEVADE, 2001).

A educação brasileira, vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional, instalando-se um verdadeiro caos educacional. (BELLO, 2001).

Com a expulsão dos jesuítas em 1758 as populações suburbanas e indígenas que estudavam em mais de duzentas escolas de primeiras letras, passaram pela primeira tragédia educacional. Neste momento se vê implantada a exclusão escolar. O ambiente escolar que era frequentado por uma minoria que aprendia latim gramática portuguesa e filosofia elitizou-se mais ainda. Os negros continuavam fora do processo educativo enquanto as crianças portuguesas eram privilegiados em relação as crianças da terra. (MONLEVADE, 2001).

Da quebra da educação jesuítica até a promulgação da Constituição Federal em 1988, a escola brasileira passou por diversas transições, indo desde as Aulas Régias e Seminários Episcopais, chegando a universalidade do Ensino do 1º Grau obrigatório e gratuito com lenta ampliação da educação infantil e do Ensino Médio Público. (MONLEVADE, 2001).

No desenrolar da Educação Pública no Brasil, surgiu o olhar para crianças com

necessidades especiais, mas da mesma maneira que não existiam muitas oportunidades de educação para as classes populares, os deficientes eram afastados do sistema educacional. No entanto apesar das dificuldades, nota-se que as primeiras iniciativas de educação especial começaram, na época do Brasil Colônia com a criação do Instituto dos Surdos-mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos e do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje denominando-se Instituto Benjamin Constant. (LIMA, 2011).

Arlete Aparecida, doutora em educação e professora da Universidade Federal em Uberlândia, em sua tese de doutorado, diz que:

“Alguns estudiosos da área da Educação Especial, analisando a sua história em países da Europa e América do Norte, identificam quatro estágios no desenvolvimento do atendimento às pessoas que apresentam deficiências (KIRK e GALLAGHER, 1979; MENDES, 1995; SASSAKI, 1997). O primeiro estágio foi marcado pela negligência, com total ausência de atendimento às pessoas com necessidades físicas. Num segundo momento, veio a institucionalização onde essas pessoas eram segregadas em instituições residenciais. Na terceira fase, no final do século XIX e meados do século XX, como desenvolvimento de escolas e/ou salas especiais, em ambiente escolar público com o objetivo de oferecer uma educação à parte. Por último, no final do século XX, por volta da década de 70, surgiu o movimento da integração social dos indivíduos que apresentavam deficiências, objetivando integrá-los em ambientes escolares o mais próximo possível daqueles oferecidos aos alunos normais”.

Para Sanches e Teodoro (2006), em publicação na Revista Lusófona de Educação, foi a partir dos anos 60 que novos conceitos e práticas educativas começaram a ser introduzidos no campo educacional, com a finalidade de dar aos jovens e crianças com deficiência uma oportunidade de escolaridade.

Passou a existir um crescente clamor pela escolarização destes alunos no sistema regular de ensino, no entanto em 1993 ainda era tímida a visão do abraço das entidades públicas na educação das crianças especiais, como pode-se observar na publicação do Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 1993):

*Imagine um país
onde **todas as crianças**
vão à escola.
Imagine um país onde
estas crianças aprendem
e são bem sucedidas
na escola.
Imagine um país
onde todos, autoridades,
pais, professores, empresários,
trabalhadores, se
empenham em construir*

*uma escola pública
de qualidade e atinge
seu objetivo.
Este país...*

Tendo participado em março de 1990 da Conferência de Educação para Todos, na Tailândia em Jomtien, o Brasil se integrou ao grupo formado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, saindo desta conferência posicionamentos tomados em consenso com a finalidade de lutarem pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Cabendo ao Brasil a responsabilidade de garantir à sua população o direito à educação, vindo desta forma a colaborar com os esforços mundiais pela universalização da educação básica. (BRASIL, 1993).

Da conferência em Jomtien, nasceu a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos - Satisfação das Necessidades Básicas De Aprendizagem, dentro dela encontramos apenas uma abordagem em relação ao estudante portador de deficiência:

ARTIGO 3º – universalizar o acesso à educação e promover a equidade

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Nesta época as escolas especiais já existiam, pois enquanto que, na década de 70 nos países desenvolvidos, abriam espaços para questionamentos e discussões sobre a integração dos deficientes mentais na sociedade, no Brasil, através do decreto Nº 72.425, DE 3 DE JULHO DE 1973, era criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), com a criação deste centro, acontecia a institucionalização da Educação Especial no Brasil em termos de planejamento de políticas públicas.

Após a oficialização das instituições para educação especial, tornou-se tradicional a educação das crianças portadoras de necessidades especiais em escolas preparadas para este tipo de atendimento (PRIETO, 2006), mas com o advindo da Lei de Diretrizes e Bases, houve um enfoque na inclusão para a Educação Especial, com a finalidade de possibilitar ao ANNE, o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, perpassando limites impostos pela sua situação. (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2002).

A Lei de Diretrizes e Bases em seu ART 4º inciso III, prevê a inclusão de alunos com deficiência, em salas regulares de ensino preferencialmente, de forma que exista uma equiparação de oportunidades educacionais com o compromisso com o princípio da isonomia, consagrado no art. 5º, caput, da Constituição Federal, quando diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. (HONORA; FRIZANCO, 2009).

CAPÍTULO 3 - Inclusão de Fato e de Direito

As diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado. As diferenças oferecem um recurso grátis, abundante e renovável, o que é importante nas pessoas – e nas escolas – é o que é diferente, não o que é igual. (UNESCO, 2002)

Foi a partir da década de 90 que a discussão em torno da escolarização de alunos com necessidades especiais, entrou em pauta na legislação brasileira sobre educação, nos debates e nas publicações acadêmicas. A defesa dos direitos iguais com enfoque no direito da educação, parecia fazer parte do senso comum, mas surgiram discordâncias nas propostas que definiam a sua efetividade. (MANTOAN; PRIETO, 2006).

A grande proposta da inclusão escolar brasileira, é uma nova postura no olhar do educador, com mudança de hábitos antigos e o desenvolvimento de um olhar introspectivo, levando o profissional da educação a olhar para si mesmo e para a escola onde trabalha, buscando a possibilidade da transformação do ambiente escolar para o bom andamento do trabalho com as diferenças, com a diversidade e, que a entrada do aluno dito especial não seja desvantagem, mas um ganho, pois é na troca de experiências que todos podem aprender a lidar com as diferenças, na tentativa da criação de uma sociedade mais justa, solidária que abra oportunidades para todos. (HONORA; FRIZANCO, 2009).

Com a visão dos autores do Programa Ética e Cidadania – Construindo Valores na Escola e na Sociedade, publicado no ano de 2007, não se pode negar que o ambiente escolar ainda é um local de exclusão, resistente em seus posicionamentos excludentes das mais diversas maneiras, sustentando um perfil de “ categorizações” de pessoas por ideologias, religiosidade, posição social, diferenças físicas, religiosas, econômicas, que reforcem conflitos e violências física, constituindo-se como uma barreira para a inclusão escolar.

As instituições escolares ao reproduzirem o modelo tradicional de ensino, vêm demonstrando falta condições para acolher diferenças e se responsabilizarem pelas aprendizagens que são necessárias para a convivência na sociedade atual, cheia de complexidade desafios próprios do século XXI. Um século cheio de mudanças em que a relação homem e conhecimento mudaram de maneira expressiva, sendo necessário uma libertação da visão escola de transmissora de conhecimentos e valores que não se podem questionar. (MANTOAN; PRIETO, 2006).

No entanto pode-se observar mudanças em relação à inclusão escolar, mesmo que apenas em projetos e poucas ações ainda que a passos lentos. O grande problema tem sido o não cumprimento das leis pelas redes de ensino, apesar da garantia dada pela Constituição Federal de 88 de acessibilidade a todos no Ensino Fundamental, sendo que alunos com necessidades especiais devem receber um atendimento especializado, preferencialmente nas escolas públicas. (MANTOAN, 2005).

A partir da constituição 1988, passaram a existir movimentos reais em prol da inclusão escolar, pois a educação passou a ser para todos, devendo ser observado que a palavra “todos”, indica que independentemente da necessidade, diferença, diversidade ou deficiência, a pessoa tem direito a acessibilidade à educação e isso inclui rampas, elevadores, banheiros adaptados, etc. Geralmente são encontradas escolas, principalmente na rede pública, sem as adaptações necessárias, sendo inapropriadas para acolherem alunos que usam cadeiras de rodas, muletas ou bengalas. (HONORA; FRIZANCO, 2009).

No Plano Nacional de Educação, encontra-se uma verificação de dados de 1998, referindo-se a inadequação dos ambientes escolares quando diz que:

“Apenas 14% desses estabelecimentos possuíam instalação sanitária para alunos com necessidades especiais, que atendiam a 31% das matrículas. A região Norte é a menos servida nesse particular, pois o percentual dos estabelecimentos com aquele requisito baixa para 6%. Os dados não informam sobre outras facilidades como rampas e corrimãos... A eliminação das barreiras arquitetônicas nas escolas é uma condição importante para a integração dessas pessoas no ensino regular, constituindo uma meta necessária na década da educação. Outro elemento fundamental é o material didático-pedagógico adequado, conforme as necessidades específicas dos alunos. Inexistência, insuficiência, inadequação e precariedades podem ser constatadas em muitos centros de atendimento a essa clientela.”

Para Mantoan (2005), além das adaptações físicas, o atendimento educacional especializado deve acontecer paralelamente as aulas regulares, de modo que uma criança cega, assista a aula com seus colegas que enxergam e em um outro momento possa treinar mobilidade, locomoção, linguagem braile, etc.

A promulgação da Constituição de 1988, propôs grandes avanços na educação no Brasil, respaldando e elegendo a cidadania e a dignidade da pessoa humana como um dos seus objetivos fundamentais: a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação e garantindo o direito a igualdade. (BRASIL, 1988).

No artigo 205, a lei vem estabelecer a educação como direito de todos, visando o desenvolvimento pleno do cidadão sendo preparado para a vida em sociedade, garantindo igualdade de condições, acesso e permanência no ambiente escolar.

A entrada destes alunos ditos “especiais”, e sua permanência no ensino regular traz grandes benefícios à comunidade escolar, quando são abertas as oportunidades da troca de experiências onde todos podem aprender a lidar com o novo. (MANTOAN; PRIETO, 2006).

Prieto (2006) no entanto, nos alerta do risco do descompromisso do poder público em relação a educação inclusiva, que esta acabe por ser traduzida como um mero ingresso de estudantes com necessidades especiais em classes comuns. Colocando em pauta o atendimento dos alunos com necessidades especiais, apenas em atendimento a norma que confere direito a todos à educação.

A mera matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais pode aumentar a resistência de alguns profissionais da educação, não contribuindo assim com a efetivação do direito do aluno especial em receber uma educação que venha ao encontro de suas necessidades. (MANTOAN; PRIETO, 2006)

Para falar-se em inclusão escolar, torna-se necessário discutir os diversos aspectos relacionados à educação, ao ambiente de ensino e aos profissionais inseridos no processo ensinar e aprender. A formação professores é um item de relevante valor na perspectiva da garantia da matrícula e permanência de todos alunos no ensino regular.(MANTOAN,PRIETO,2006).

Na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) está previsto “professores com especialização adequada em nível médio ou superior para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos em classes comuns” (art.58, III). Devendo, no entanto, ser oferecida uma educação continuada através dos sistemas de ensino com a finalidade de assegurar que os profissionais de ensino tenham condições de elaborarem e implantarem novas propostas e práticas de ensino com a peculiaridade da garantia de uma boa resposta em relação às necessidades individuais de seus alunos. (MANTOAN; PRIETO, 2006).

...implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social e sua opção por práticas

heterogenias. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais...Inclusão, portanto, não significa, simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica - Prof. Rosana Glat, Ph.D. Prof. Eloiza da Silva Gomes de Oliveira, Ph.D.

Destaca Santos (2011) que o professor deve assumir o papel de mediador com bastante sutileza, preocupando-se que ninguém seja visto como incapaz ou deficiente, diminuindo assim o grau da exclusão, não se esquecendo que o aluno que está sendo mediado faz parte de um grupo e que este grupo deve ser trabalhado para a inclusão.

Do ponto de vista de Mantoan (2005) uma escola inclusiva tem muito mais do que rampas e banheiros adaptados. Ela deve possuir um bom projeto pedagógico que começa pela reflexão. Valorizando a cultura, a história e as experiências anteriores dos alunos, onde as práticas pedagógicas são constantemente revistas e diversificadas, com a intenção de dar aos alunos liberdade do aprendizado ao seu modo de acordo com suas condições sendo o estudante deficiente ou não. Deve possuir também, uma equipe que possa discutir o motivo das repetências, indisciplinas, de professores que não se sentem capazes de solucionar algumas situações e o não comparecimento dos pais no processo de ensino e aprendizagem.

Além das adaptações físicas, as escolas precisam passar por um ressignificado, no tocante aos paradigmas que sustentam o processo inclusivo: ética, cidadania e democracia, pois tais princípios abrem espaço a pluralidade e a diversidade das pessoas que estão em convívio no espaço educativo. O foco dos conteúdos, métodos e relações humanas, deverão ser direcionados para uma aprendizagem significativa, dentro do contexto da sociedade e de suas próprias vidas. (BRASIL, 2007).

As escolas devem ser preparadas para dar o suporte necessário para o acolhimento do aluno com necessidades educacionais especiais, através de atitudes favoráveis para diversificação do currículo, adaptando-o, flexibilizando-o, promovendo oportunidades para as crianças com deficiências, habilidades ou interesses diferenciados.

As adaptações curriculares constituem as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades educacionais especiais, tornando-o dinâmico, alterável, passível de ampliação, a fim de que atenda realmente a todos os educandos.(GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2002).

A escola que inclui, deve ter um posicionamento crítico, adotando uma flexibilidade muito maior tanto nos aspectos metodológicos, quanto avaliativos, destacando a adaptação curricular como um processo dinâmico da educação para todos, levando em conta as peculiaridades de seus alunos sendo estes especiais ou não, incorporando no currículo visível e no oculto a necessidade da valorização do incluído. Entendendo que é a escola que se adapta a este aluno, e, para que o processo de inclusão se torne verdadeiro é necessário que os profissionais da educação acreditem na capacidade de aprendizado do aluno especial, valorizando-o, colocando em pauta no Projeto Político Pedagógico Democrático o atendimento as necessidades individuais de cada um dentro da coletividade. (URBANSKI, 2011).

Torna-se importante ressaltar, que a inclusão escolar vai além das matrículas dos alunos portadores de deficiência, eles são parte todo que é excluído da sociedade e do ambiente escolar. O sistema de ensino atual não tem conseguido resolver questões que envolvem o fracasso escolar cada vez maior. (GLAT, MACHADO, BRAUN, 2006). Sendo necessário que esta educação acolha a todos sem exceção. Devendo estar presente no ambiente educacional, tanto para o aluno que possui deficiência física, quanto para aqueles que possuem um comprometimento mental, no entanto, não fechando as portas para os superdotados ou para aqueles discriminados por qualquer motivo. (MANTOAN, 2006).

CAPÍTULO 4 - Levantamentos Estatísticos do MEC – 2006 e 2010

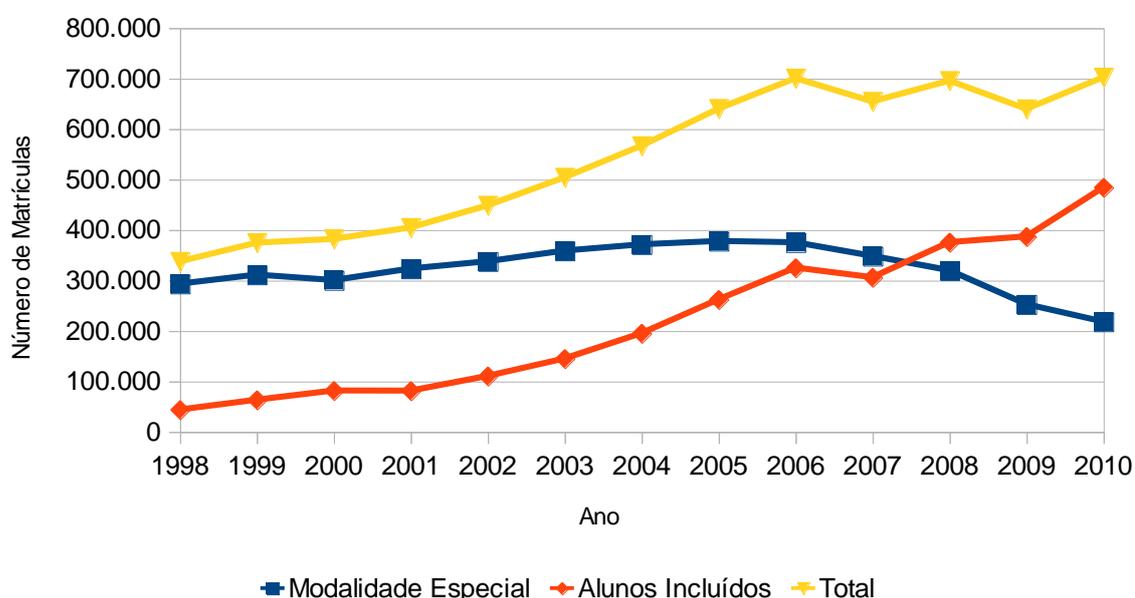
No levantamento estatístico do Ministério da Educação e Cultura (2006), pode-se verificar um grande aumento no atendimento do aluno com necessidades especiais: um grande salto, saindo de 337.326 em 1998, indo para 700.624 no ano de 2006. Deste total, 375.488 alunos se encontravam em classes especiais ou em escolas especializadas e 325.136 em escolas regulares e em classes comuns. De 1998 a 2006, o crescimento das matrículas encontra-se expressado em 107%. Quando, no entanto, observamos os dados de 2010 (MEC/INEP, 2011), constatamos que não houve avanços em relação a 2006: o atendimento do aluno com necessidades especiais passou de 700.624 para 702.603, ou seja: 0,28% de acréscimo deste tipo de matrículas em quatro anos.

**Tabela 1 – Número de matrículas da Educação Especial
Brasil – 1998 a 2006**

Ano	Modalidade Especial	Alunos Incluídos	Total
1998	293.403	43.923	337.326
1999	311.354	63.345	374.699
2000	300.520	81.695	382.215
2001	323.399	81.344	404.743
2002	337.897	110.704	448.601
2003	358.898	145.141	504.039
2004	371.383	195.370	566.753
2005	378.074	262.243	640.317
2006	375.488	325.136	700.624

Tabela 2 – Número de matrículas da Educação Especial Brasil - 2007 a 2010			
Ano	Modalidade Especial	Alunos Incluídos	Total
2007	348.470	306.136	654.606
2008	319.924	375.775	695.699
2009	252.687	387.031	639.718
2010	218.271	484.332	702.603

Gráfico 1: Número de matrículas no ensino especial de 1998 a 2010



Em 2006 estes estudantes encontravam assim distribuídos: 16% dos matriculados, perfazendo um total de 112.988, estavam na educação infantil; 66,5% equivalendo a 466.155 se encontravam no ensino fundamental, 2%, 14.150 estudando no ensino médio; 8,3%, num total de 58.420, na educação de jovens e adultos, e 6,3% sendo 48.911 educandos, se preparavam na educação profissional. Já em 2010 estes estudantes estavam assim distribuídos: 9,9% dos matriculados, perfazendo um total de 69.441, estavam na educação infantil; 74,4% equivalendo a 522.978 se encontravam no ensino fundamental, 4%, 28.667 estudando no ensino médio; 11,3%, num total de 79.738, na educação de jovens e adultos, e 0,3% sendo 1.779 educandos, se preparavam na educação profissional.

O que pode ser observado com o censo escolar realizado pelo MEC, é uma evasão

deste alunos no processo educativo, fugindo-lhes o direito previsto na Constituição Federal artigo 205 da permanência no ambiente escolar. Em 2010, no entanto, observamos que houve uma melhoria nesta situação aumentando o número de matriculados tanto no ensino fundamental como no médio, porém a quantidade de matriculados no ensino médio ainda continua muito baixa.

O indicador de acessibilidade arquitetônica em prédios escolares em 2006, aponta que das 54.412 escolas com matrículas de alunos atendidos pela educação especial, apenas 23,3% possuíam sanitários com acessibilidade e 16,3% possuem dependências e vias adequadas . Registrando que no geral o índice de acessibilidade dos prédios escolares em 2006, é de apenas 12%.

Apesar do “chamado” para o princípio orientador do Enquadramento da Ação sobre Necessidades Educativas, pela Declaração de Salamanca para que as escolas regulares com educação inclusiva, se ajustarem a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas e outras, e com a grande disseminação do conceito de necessidades educacionais especiais, ressaltando que características individuais e ambiente escolar devem interagir, com tudo isso, as organizações de sistemas de ensino educacionais inclusivos, as políticas implementadas pelos sistemas de ensino ainda não alcançaram esse objetivo. (MEC, 2007).

CAPÍTULO 5 - Discussão e Conclusão

Partindo dos fatos históricos, que demonstram as dificuldades enfrentadas pela Educação brasileira desde o período do Brasil Colônia, pode-se compreender as dificuldades enfrentadas pela Educação no tocante a inclusão de alunos com necessidades especiais em pleno século XXI.

A Educação no Brasil nunca foi prioridade para os governantes desde a colonização até a promulgação da Constituição de 1988, nem mesmo para os alunos dentro dos padrões de normalidade, pouco então podia se esperar do Governo no que diz respeito aos alunos especiais. Para estes o processo educativo passou a grandes distâncias, ora marcado pelo desconhecimento, pois não se sabia como educar alguém chamado de deficiente, ora pelo descaso das autoridades, ora pelo preconceito social e assim muitas barreiras foram se formando, até que surgiu o conceito da deficiência como questão médica e educacional, encaminhando pessoas com necessidades especiais para viverem em conventos, hospícios e até mesmo em estabelecimento de ensino especial, criando-se assim a institucionalização do indivíduo com vínculos permanentes.

No início, era vista a necessidade de isolar e segregar estas pessoas da sociedade, pois muitas eram consideradas loucas, doentes, endemoniadas, devendo ser preparado um local mais distante para que fossem tratadas. Com o passar dos anos, os próprios médicos viram a necessidade de uma intervenção pedagógica com estas pessoas. Venho então a necessidade da integração delas no ambiente escolar, desde que se adaptassem ao meio. Não era a escola que deveria providenciar mudanças como meio facilitador de interação, mas o aluno deveria superar as barreiras a sua frente e se “encaixar” neste novo espaço que se abria a sua frente.

Da integração escolar, iniciaram-se os calorosos debates de inclusão escolar por volta dos anos 90, que perduram até os dias atuais. No entanto pouco temos visto acontecer de mudanças que possam ser consideradas como fatores relevantes que definiram o rumo da educação inclusiva no país.

O tema estudado é de grande importância, podendo-se encontrar literatura variada à respeito, algumas considerando como um projeto em conclusão, outras demonstrando fraquezas e fracassos, expondo insatisfação em relação aos resultados apresentados.

Os conceitos acadêmicos, que elucidam a construção de uma escola inclusiva, fazem parte dos anseios de educadores que se preocupam com a construção de um espaço educativo, que não possibilite mais a exclusão educacional. No entanto, as entidades que promovem a preparação de educadores, não trazem em seu currículo conteúdos específicos, com a finalidade de capacitar os futuros profissionais para atuarem como educadores inclusivos.

É necessário que o processo inclusivo, deixe de ser uma fantasia transformando-se em realidade. Apesar da inclusão não ser apenas rampas e banheiros adaptados, estas adaptações fazem parte do processo inclusivo. Nessa perspectiva, é evidente a necessidade de mudanças, que deverão ser desenvolvidas a partir das normas existentes, para serem vivenciadas no contexto social que é reproduzido dentro do ambiente escolar.

A grande maioria das escolas públicas não cumpre as leis que visam garantir a acessibilidade e a possibilidade de permanência escolar dos alunos com necessidades especiais. Para elas, também fica a responsabilidade de providenciar meios para que esses possam se identificar como parte de um grupo. Cabe ressaltar que, muitas vezes, os recursos públicos destinados às melhorias nos prédios escolares e na aquisição de materiais psicopedagógicos, são muito escassos e às vezes inexistentes.

É urgente a discussão a respeito dos diversos aspectos relacionados à Educação e aos profissionais inseridos no processo ensinar e aprender, desde a capacitação profissional até o aspecto vocacional. Deve-se rever as práticas e metodologias, tornando-se necessário que o país invista em estratégias que garantam uma mudança sistemática em programas de treinamentos de professores e preparo das escolas, dando o suporte necessário para o acolhimento do aluno com necessidades educacionais especiais, de forma que, cada instituição possa identificar a necessidade do aluno portador de deficiências, adaptando e flexibilizando o currículo, promovendo oportunidades tanto para os alunos chamados especiais quanto para aqueles possuidores de altas habilidades ou interesses diferenciados, sempre observando que especial é cada cidadão dentro de suas particularidades.

Referências Bibliográficas

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 10 de abr. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05/10/1988.

BRASIL. **Lei 9394**, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993 – versão acrescida 136p.

DOMINGUES, Taciano Luiz Coimbra; CAVALLI, Mariana Rosa. **Inclusão escolar, subjetividade e docência**, 2006. Disponível em :<<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/02/a11.htm>>. Acesso em 02 mai. 2011.

GLAT, Rosana; GOMES, Eloiza da Silva Gomes de Oliveira. **Adaptação Curricular**, Disponível em: <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva/pdf/Adaptacao_curricular_pt.pdf>. Acessado em 25 abr. 2011.

GLAT, Rosana; MACHADO, Kátia; BRAUN, Patrícia. **Inclusão Escolar**, Texto publicado nos anais do XI Congresso Nacional da Fenasp, p. 221-228, Niterói/RJ, 2006. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/anais_pestalozzi.pdf>. Acesso em 04 abr. 2011.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL . Secretaria de Estado de Educação. **Currículo da educação básica das escolas públicas do Distrito Federal: ensino fundamental 1ª a 4ª série**. 2ª edição/Secretaria de Estado de Educação. - Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2002. 182p.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Ciranda da Inclusão - Esclarecendo as Deficiências**. São Paulo. Editora Ciranda Cultural, 2009.

LIMA, Sandra Vaz de. **Histórico da Educação Especial**, 2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/historico-da-educacao-especial-1521439.html>>. Acesso em 18 abr. 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: Pontos e contrapontos**. São Paulo-SP. Summus editorial, 2006.

MEC, PNE - **Plano Nacional de Educação**, Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acessado em 06 mai. 2011.

MEC – Secretaria da Educação Básica, Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado, Brasília, 2007. **Programa Ética e Cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade – Inclusão e exclusão social – Módulo 4 – fascículo1.

MEC/INEP – Ministério da Educação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico**: Censo Escolar 2010 (versão preliminar), Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7277&Itemid=>. Acessado em 20 jun. 2011.

MEC/SEESP – Ministério da Educação e Cultura em parceria com Secretaria de Estado de São Paulo. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2007. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acessado em 05 mai. 2011.

MONLEVADE, João. **Educação Pública no Brasil**: Contos & De\$contos. Ceilândia-DF. Ideia Editora, 2ª edição, 2001.

SANCHES, Isabel; TEODORO, António. **Da integração à inclusão escolar**: cruzando perspectivas e conceitos, 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n8/n8a05.pdf>>. Acesso em 03 mai. 2011.

SANTOS, Maria Helena F. **Mediador na sala de aula**: Inclusão do aluno à instituição de ensino. Revista Ciranda da Inclusão, São Paulo, n 14, pág. 27, fev. 2011.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO-SESI-UnB-IBE. **Aprender a viver juntos**: educação para a integração na diversidade, tradução José Ferreira – Brasília: Braslavsky, Cecília (Org.). 2002. p.146.

URSBANSKY, Luiz. **Inclusão escolar e a necessidade**, 2007. Disponível em:
<<http://www.universoautista.com.br/autismo/modules/articles/article.php?id=34>>. Acesso em 20 abr. 2011.